

Programas de transferência de renda buscam criar um contexto de proteção social às populações mais pobres, por meio da transferência de renda complementar. Com as transformações sócio-econômicas que ocorreram no mundo, nos anos 80 os debates sobre os programas obtiveram uma maior repercussão. No Brasil estas políticas sociais existem desde a década de 30, mas foi com os direitos sociais básicos consolidados na Constituição Cidadã de 1988, que grande número de programas de transferência de renda foram implementados. A implantação do Programa Bolsa Família buscou unificar os programas dispersos nas esferas governamentais, culminando com o programa Renda de Cidadania, sancionado em 2004. A importância de tais programas no processo de inclusão social justificam o mapeamento dos estudos descritivos e analíticos destas experiências. Pesquisas e estudos acompanham e analisam esta implantação e propõem metodologias de avaliação dos impactos destas políticas na sociedade brasileira. Tendo em vista a importância crescente deste conjunto de ações e propostas executadas pelos três níveis da federação brasileira, busca-se definir como funcionam os programas de transferência de renda implementados nas últimas décadas. A pesquisa da produção acadêmica relativa a estas políticas foi feita em periódicos científicos, eletrônicos e em livros. Os textos foram lidos com vistas à descrição e análise do funcionamento das políticas e com o objetivo de aprimorar o entendimento dos principais conceitos. A realização de análises e pesquisas sobre as políticas públicas contribui significativamente para a construção da cidadania e da democracia. Os resultados parciais apontam para uma evolução dos programas de transferência de renda no Brasil, com evidências de uma coordenação intergovernamental mais efetiva das políticas sociais, considerando os problemas do sistema federativo brasileiro.